

CARUANA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO,  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2025

# CARUANA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2025

## Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



# CARUANA

FIDES - HONOR - LABOR

Demonstrações Contábeis  
30 de Junho de 2025

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Acionistas e Administradores,

Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”), relativas ao semestre findo em 30/06/2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

### CENÁRIO MERCADO DE TRANSPORTE

O primeiro semestre de 2025 manteve a trajetória positiva do setor, com estabilidade nos principais indicadores de desempenho operacional, tais como o volume de passageiros equivalentes transportados e a quilometragem total produzida.

Desde o início do ciclo de aperto monetário conduzido pelo Banco Central do Brasil, caracterizado por sucessivos aumentos da taxa básica de juros com o objetivo de conter a inflação, as empresas de transporte têm adotado maior cautela nos processos de renovação de frota, limitando-se, em grande parte, às substituições obrigatórias previstas nos contratos de concessão vigentes.

As perspectivas para o segmento de transporte coletivo por ônibus permanecem favoráveis, indicando a manutenção de um desempenho consistente nos próximos períodos.

### RESULTADOS

#### ATIVOS E CARTEIRA DE CRÉDITO

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2025 com um total de ativos de R\$ 1.121.231 mil, dos quais as operações de crédito representam R\$ 992.773 mil (R\$ 1.054.225 mil em 31 de dezembro de 2024), indicando redução de 5,83% no período.

#### CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Adotando uma postura conservadora, a Caruana mantém sua estratégia de captação de recursos por meio de uma ampla rede de corretoras, aliada à atuação de sua própria estrutura de distribuição. As emissões são conduzidas sem previsão de resgate antecipado, preservando, assim, um elevado nível de liquidez.

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2025 com um total de R\$ 952.462 mil em recursos captados contra R\$ 1.011.200 mil em 31 de dezembro de 2024, apresentando redução de 5,81% no período.

#### PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDO

A Sociedade encerrou o semestre com resultado negativo de R\$ 1.171 mil (lucro de R\$ 7.721 mil no mesmo período do exercício anterior). Tal desempenho foi impactado, principalmente, pela implementação das novas regras de contabilização de provisões para perdas esperadas, conforme estabelecido pelo IFRS9. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 133.954 mil ao final do semestre, frente aos R\$ 140.781 mil apurados em 31 de dezembro de 2024.

#### RECEITAS

Em consonância com seu planejamento estratégico, a Caruana vem direcionando esforços para ampliar suas receitas por meio de operações de crédito e prestação de serviços.

No primeiro semestre de 2025, observou-se uma redução significativa no resultado contábil das receitas de serviços, sobretudo na rubrica de tarifa de contratação de crédito. Tal movimento decorre da alteração nas normas contábeis de reconhecimento de receita, que passaram a determinar o diferimento de sua apropriação ao longo da vigência das operações.

Como consequência, as receitas de intermediação financeira e de prestação de serviços apresentaram retração de 8,23% em relação ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 107.527 mil no primeiro semestre de 2025, ante R\$ 117.171 mil registrados no mesmo período de 2024.

Adicionalmente, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e por despesas relacionadas à implantação de serviços de meios de pagamento destinados ao setor de transporte de passageiros.

## INDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência representou 12,77% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em junho de 2025, evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50%). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

## DESTAQUES

A Caruana manteve no primeiro semestre de 2025 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável.

A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado.

Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (**FGI Tradicional – BNDES**), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2025, a Caruana obteve habilitação junto à Caixa Econômica Federal para participação no **Programa de Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (REFROTA)**. O programa tem como objetivo viabilizar a substituição e modernização da frota de ônibus em circulação no país, por meio de linhas de financiamento específicas. A habilitação da Caruana nesse programa reforça seu posicionamento estratégico no setor de mobilidade, permitindo ampliar sua atuação no financiamento de projetos voltados à renovação e modernização do transporte coletivo de passageiros.

A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 26 de setembro de 2025.

**A Administração**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Diretoria da  
Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Demonstrações contábeis comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis finda em 30 de junho de 2025, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional, e na Resolução BCB nº 352, do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de setembro de 2025.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

**Balço Patrimonial em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>		<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	
		<b>1.118.709</b>			<b>987.277</b>
<b>Diponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>1.126</b>	<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>974.753</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>1.002.999</b>	<b>Depósitos</b>		<b>971.656</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>27.999</b>	Depósitos a prazo	11	949.365
<b>Titulos e Valores Mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>20.633</b>	Outros depósitos	11a	22.291
Cotas de Fundos de Investimento		1.111	<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>		<b>3.097</b>
Vinculados a prestação de garantias		19.522	Recursos de aceites cambiais	11	2.369
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>21.705</b>	Recursos de aceites letras imobiliarias	11	728
<b>Operações de Crédito</b>		<b>923.415</b>	<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>207</b>
Setor privado – Empréstimos	7a	492.598	Transações de pagamento		207
Setor privado – Financiamentos	7a	498.690	<b>Outras Obrigações</b>		<b>12.317</b>
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f	(67.873)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		230
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>9.247</b>	Fiscais e previdenciárias	12a	4.871
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7a e 7h	667	Provisão para riscos	12b e 13a	5.167
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f	(13)	Diversas	12b	2.049
Diversos		8.593	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>133.954</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>61.994</b>	Capital Social	14a	131.964
Outros valores e bens	10	57.712	Outros resultados abrangentes	14f	3
(-) Provisão para desvalorização	10	(954)	Reserva de Lucros	14b	1.987
Despesas antecipadas		5.236			
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>9</b>	<b>52.590</b>			
<b>Investimentos</b>		<b>270</b>			
Outros Investimentos		270			
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>835</b>			
Outras imobilizações de uso		4.019			
(-) Depreciações acumuladas		(3.184)			
<b>Intangível</b>		<b>1.417</b>			
Ativos intangíveis		8.832			
(-) Amortização acumulada		(7.415)			
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.121.231</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>1.121.231</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração do resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2025**  
**(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro por lote de mil ações)**

	<u>Nota</u>	
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>108.624</b>
Operações de crédito	7i e 8b	103.622
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	1.465
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.537
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(80.995)</b>
Operações de captação no mercado	11a	(71.871)
(Provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7g	(9.124)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>27.629</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(28.762)</b>
Receitas de prestação de serviços	15	3.905
Despesas de pessoal		(5.887)
Outras despesas administrativas	17	(23.213)
Provisões para riscos		(197)
Despesas tributárias		(2.128)
Outras receitas operacionais	16a	13
Outras despesas operacionais	16b	(1.255)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(1.133)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(64)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(1.197)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	19	(4.020)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	19	4.046
<b>(Prejuízo) do semestre</b>		<b>(1.171)</b>
<b>Número de Ações - Média Ponderada</b>		<b>86.357.004</b>
<b>(Prejuízo) por lote de mil ações - Básico e Diluído - R\$</b>		<b>(13,53)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração do resultado abrangente para o semestre findo em 30 de junho de 2025**  
**(Em milhares de reais)**

---

<b>Prejuízo do semestre</b>	<b><u>Nota</u></b>	<b>(1.171)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>14f</b>	<b><u>3</u></b>
Ativos financeiros mensurados a VJORA		5
Imposto de renda e contribuição social		(2)
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(1.168)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido para o semestre findo em 30 de junho de 2025**  
**(Em milhares de reais)**

	nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Legal	Especial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>127.714</b>	<b>4.250</b>	<b>1.171</b>	<b>7.646</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140.781</b>
Ajuste Adoção Inicial - Resolução 4.966/21 do CMN	23						(4.528)	(4.528)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>		<b>127.714</b>	<b>4.250</b>	<b>1.171</b>	<b>7.646</b>	<b>-</b>	<b>(4.528)</b>	<b>136.253</b>
Aumento de Capital	14	4.250	(4.250)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	14c			-	(1.131)	-	-	(1.131)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(1.171)	(1.171)
MTM de Títulos mensurados a VJORA	14f	-	-	-	-	3	-	3
Absorção de prejuízos		-	-	-	(5.699)	-	5.699	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>		<b>131.964</b>	<b>-</b>	<b>1.171</b>	<b>816</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>133.954</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Semestre findo em 30 de junho de 2025**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido ajustado do semestre</b>		<b>4.350</b>
Prejuízo líquido do semestre		(1.171)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		<b>5.521</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		9.124
PDD complementar CMN 4966/21 e Res.BCB 352/23	23	(4.528)
Depreciações e amortizações		550
Provisão/(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		258
Impostos diferidos e correntes	19	(26)
(Reversão)Provisões para contingências		143
<b>Variação de ativos e passivos</b>		<b>(2.857)</b>
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.014
Redução em títulos e valores mobiliários		5.372
Redução em Relação Interfinanceiras		23.265
Redução em operações de crédito		69.802
(Aumento) em outros créditos		(4.701)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(24.224)
(Redução) em outras obrigações		(6.795)
(Redução) em depósitos a prazo		(52.498)
(Redução) em outros depósitos		(6.319)
(Redução) em recursos de aceites cambiais		(6.239)
(Redução) em Relações Interfinanceiras		(91)
IRPJ e CSLL pagos		(2.300)
Trabalhistas - Processos pagos	13	(143)
<b>Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais</b>		<b>1.493</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de Imobilizado		(6)
Aquisição de Intangível		(16)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(22)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	14c	(1.131)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(1.131)</b>
<b>(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>340</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	786
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	1.126
		<b>340</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Instituição”), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008.

Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social.

Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios.

Em 30 de junho de 2025, as atividades da Instituição foram pautadas:

- a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva);
- b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e
- c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Instituição.

## 2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações a, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio BACEN e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos.

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis pela Administração, baseadas em julgamentos, premissas e informações disponíveis na data de sua elaboração. Dentre os principais elementos sujeitos a estimativas estão: provisões para perdas associadas à realização de ativos e recuperação de créditos, provisões para contingências, avaliação de instrumentos financeiros a valor justo (marcação a mercado), provisões para perdas esperadas com operações de crédito, bem como o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

As estimativas e premissas utilizadas são periodicamente revisadas pela Administração, ao menos semestralmente, e podem sofrer alterações em função de novas informações ou mudanças no ambiente econômico e regulatório. Os resultados reais das transações podem divergir das estimativas inicialmente utilizadas, em razão das incertezas inerentes ao processo de mensuração.

### Adoção de novas normas:

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar a Resolução CMN nº 4.966/2021, suas alterações posteriores, e a Resolução BCB nº 352/2023, que introduziram mudanças significativas nas normas contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. As novas diretrizes alinham a contabilidade das instituições financeiras aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9 (CPC 48), sendo adotadas de forma prospectiva.

Como principais impactos, destacam-se:

- **Classificação e mensuração de ativos financeiros:** os ativos passam a ser classificados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros), nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR)
- **Reconhecimento de receitas e encargos financeiros:** receitas e custos diretamente vinculados à originação ou emissão de instrumentos financeiros devem ser apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, quando considerados materiais;
- **Suspensão da apropriação de juros:** os juros deixam de ser apropriados a partir do momento em que o ativo financeiro for caracterizado como de problema de recuperação de crédito (ativo problemático);
- **Modelo de perda esperada:** o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser feito com base no modelo de perda esperada, conforme critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023, o que antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência da inadimplência;
- **Renegociação e reestruturação:** foram definidos novos critérios contábeis para mensuração e apresentação de operações renegociadas ou reestruturadas; e
- **Baixa de ativos financeiros:** os ativos financeiros passam a ser baixados para prejuízo a partir do momento em que não houver mais expectativa razoável de recuperação por parte da Instituição.

Além disso, as alterações foram acompanhadas de medidas operacionais e sistêmicas:

- **Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500/2024:** os eventos contábeis e os registros dos ativos e passivos financeiros foram ajustados conforme o novo plano de contas e estrutura operacional definidos por essas instruções.
- **Resolução CMN nº 4.975/2021:** estabelece os critérios contábeis específicos para operações de arrendamento mercantil, aplicáveis às instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Lei nº 14.467/2022: essa norma alterou a legislação tributária federal, permitindo a realização fiscal de créditos tributários referentes a perdas esperadas com ativos financeiros, com base no novo modelo contábil introduzido pelas normas do BACEN. A lei alterou, entre outros pontos, os arts. 12 e 13 da Lei nº 9.430/96, e autoriza que valores contabilizados a título de perda esperada sejam deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, observadas as condições, limites e prazos regulamentares. Dessa forma, promoveu maior convergência entre o tratamento contábil e o fiscal das perdas com risco de crédito.

A Instituição optou por adotar a disposição transitória prevista no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, com suas alterações posteriores, a qual **permite à instituição não apresentar informações comparativas de períodos anteriores**, em decorrência das mudanças introduzidas na classificação, mensuração e contabilização de perdas de crédito esperadas aplicáveis a instrumentos financeiros.

Os efeitos da adoção inicial dos novos critérios contábeis estabelecidos pela referida Resolução foram reconhecidos, em 1º de janeiro de 2025, diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme previsto no regime de transição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de setembro de 2025.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, considerando rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, **pro rata die**, incidentes sobre os ativos e passivos até a data do balanço.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo os rendimentos relativos a períodos futuros apropriados em contas redutoras dos respectivos ativos ou passivos. Já as operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme os índices pactuados contratualmente.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, estas convertidas para Reais pela taxa de câmbio do último dia do mês do fechamento do balanço, de acordo com o site do Banco Central investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 4.

**c) Aplicação interfinanceira de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A composição do aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

**d) Instrumentos Financeiros**

**i) Reconhecimento Inicial**

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção das operações de crédito, das operações com características de concessão de crédito e dos depósitos de clientes, é reconhecido contabilmente quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro, o que geralmente ocorre na data da negociação.

As operações de crédito e com características de concessão de crédito são reconhecidas na data da liberação dos recursos ao tomador.

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial considera os termos contratuais do instrumento e o modelo de negócios adotado pela instituição para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

A mensuração inicial é realizada pelo valor justo na data de aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro. Para os instrumentos que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão são incorporados ao valor contábil inicial.

**ii) Modelo de Negócio**

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios adotado pela Instituição para a gestão desses ativos, fazendo com que eles sejam mensurados:

- **Custo Amortizado:** ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, representando pagamentos de principal e juros.

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais e venda, quando os fluxos de caixa representam apenas principal e juros.
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação anteriores.

Os instrumentos financeiros estão classificados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>Classificação dos instrumentos financeiros</b>	
<b>Compromissadas - Posição Bancada</b>	Custo amortizado
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	Valor Justo por meio outros resultados abrangentes
<b>Cotas de fundos de investimento</b>	Valor Justo meio do resultado
<b>Operações de crédito</b>	Custo Amortizado
<b>Depósitos a prazo</b>	Custo Amortizado
<b>Letras de câmbio</b>	Custo Amortizado
<b>Letras Financeiras</b>	Custo Amortizado

### iii) Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros)

Para fins de classificação contábil, os ativos financeiros passam pelo teste de SPPJ, que avalia se os fluxos de caixa contratuais representam unicamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal. Caso não cumpram esse critério, são classificados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios é avaliado considerando a forma de gestão dos ativos, os riscos que afetam o desempenho, a forma de remuneração dos gestores e a forma de avaliação de desempenho reportada à Administração.

### iv) Hierarquia do Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, conhecedoras do mercado e dispostas a realizar a transação em condições normais e competitivas, na data da mensuração.

A mensuração dos instrumentos financeiros é realizada com base na hierarquia de valor justo, conforme definida a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem, entre outros, títulos públicos federais, ações de companhias abertas, posições em contratos futuros e cotas de fundos de investimento com liquidez imediata.
- Nível 2: Técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis, direta ou indiretamente, nos mercados. Abrangem, por exemplo, derivativos negociados no mercado de balcão e cotas de fundos de investimento com liquidez restrita.
- Nível 3: Técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis no mercado, aplicáveis quando não há informações disponíveis relevantes de mercado.

No período de referência, não houve reclassificações entre os níveis da hierarquia de valor justo

#### **v) Baixa de Instrumentos Financeiros**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando ocorre a transferência substancial dos riscos e benefícios associados. Os passivos financeiros são baixados quando extintos contratualmente ou liquidados.

#### **vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito**

São classificados como problemáticos os ativos financeiros que apresentem uma ou mais das seguintes condições:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos contratuais;
- Reestruturação decorrente de renegociação que não atenda aos critérios mínimos definidos pela Instituição para considerar a operação como renegociação regular;
- Decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares em relação à contraparte, salvo se houver comprovação documental de que a obrigação será integralmente honrada;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes; e
- Indicação de deterioração da situação de crédito da contraparte, com aumento significativo do risco identificado nos processos de revisão periódica.

Durante o período em que o ativo se mantiver classificado como problemático, é suspenso o reconhecimento de receitas financeiras que não tenham sido efetivamente recebidas.

Ativos renegociados ou reestruturados podem ser reclassificados como não problemáticos mediante atendimento dos critérios de “cura”, conforme política interna, incluindo, mas não se limitando a:

- Ausência de parcelas vencidas;
- Pagamento consecutivo de, no mínimo, 6 parcelas, ou amortização correspondente a pelo menos 5% do valor total da dívida;
- Reversão judicial favorável à Instituição; e
- Reavaliação individual que comprove a ausência de risco relevante.

Nos casos de renegociação com agravamento do risco de crédito — como concessão de carência superior a 3 meses, redução de taxa sem justificativa comercial ou refinanciamento com prejuízo contábil — o ativo será caracterizado como reestruturado.

Casos de falência decretada não admitem reversão da classificação como ativo problemático.

A baixa contábil para prejuízo é realizada quando não houver expectativa razoável de recuperação do crédito e a perda esperada atingir 100% do valor contábil do ativo.

#### **vii) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

O Instituição constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Operações de crédito;

- Operações com características de concessão de crédito;
- Compromissos de crédito e créditos a liberar; e

Em atendimento à Resolução BCB nº 352/23 e por integrar o segmento prudencial "S4", a instituição adota a metodologia simplificada para mensuração da perda esperada, baseada na classificação das operações conforme as garantias vinculadas e o nível de inadimplência.

As operações de crédito da instituição estão classificadas nas carteiras C2 a C5.

**Carteira C1** – Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais estrangeiros, bancos centrais, organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.

**Carteira C2** – Créditos garantidos por hipoteca de 1º grau, penhor ou alienação fiduciária de bens móveis, depósitos bancários, ativos financeiros públicos ou emitidos por instituições autorizadas pelo Bacen, garantia fidejussória dessas instituições ou seguro de crédito emitido por entidade não relacionada, nos termos da Resolução CMN nº 4.818/20.

**Carteira C3** – Créditos de operações com cessão fiduciária ou caução de recebíveis, com seguro de crédito ou garantias reais ou fidejussórias não enquadradas nas carteiras C1 ou C2.

**Carteira C4** – Operações de capital de giro, ACC, ACE, debêntures e outros títulos de empresas privadas sem garantia, além de crédito rural para investimentos sem garantias.

**Carteira C5** – Crédito pessoal (com ou sem consignação), CDC, crédito rural não classificado na C4, crédito rotativo e operações mercantis ou com características de crédito sem garantias, não abrangidos nas carteiras anteriores.

### **A metodologia considera os seguintes conceitos:**

**Ativos financeiros não problemáticos:** ativos que não apresentam problemas de recuperação de crédito. A provisão é calculada conforme os percentuais do Anexo II da Resolução BCB nº 352/23.

**Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** ativos com problemas de recuperação não decorrentes de atraso superior a 90 dias (como operações reestruturadas ou com aspectos qualitativos). Aplicam-se os percentuais do art. 78, inciso II, da Resolução BCB nº 352/23.

**Ativos financeiros inadimplidos:** ativos com atraso superior a 90 dias. A provisão é calculada com base nos percentuais do Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescida dos percentuais adicionais do art. 78, inciso III.

Essa abordagem visa estimar as perdas potenciais de crédito considerando o horizonte temporal de exposição ao risco, conforme exigido pela Resolução BCB nº 352/23.

### **e) Outros valores e bens**

São reconhecidos os bens de uso não próprio na data do seu recebimento pela Instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas.

**f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre. No primeiro semestre 2025 não houve redução ao valor recuperável dos ativos financeiros.

**g) Imobilizado e intangível**

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a., para sistema de processamento de dados e veículos, e 10% a.a., para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados com base em 5 anos, sendo testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**h) Depósitos e letras cambiais/Imobiliárias**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

**i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 e a CSLL pela alíquota de 15% (16% no período de agosto a dezembro 2022).

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativados são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização, como apresentado para imposto de renda e contribuição o corrente. Os ativos fiscais diferidos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do CMN.

A Lei nº 14.467/22, que produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, determinou novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, agora reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes desta norma são aplicáveis ao IRPJ e à CSLL, e permitem a dedução de créditos inadimplidos por mais de 90 dias ou de devedores em falência ou recuperação judicial.

O valor dedutível será apurado com base em fatores "A" e "B", definidos conforme o tipo de operação e as garantias envolvidas, sendo vedada a dedução de operações com partes relacionadas ou residentes no exterior.

**j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Provisões e passivos contingentes** - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**k) Lucro por ação**

Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período - número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período).

Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.

**l) Resultado Não Recorrente**

A instituição considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Administração informa que não houve resultados não recorrentes no semestre findo em 30 de junho de 2025.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>30/06/2025</b>
Disponibilidades em moeda nacional	786
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	340
<b>Total</b>	<b>1.126</b>

## 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada</b>			
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN) (i)	27.999	-	27.999
<b>Total</b>	<b>27.999</b>	<b>-</b>	<b>27.999</b>

- (i) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração - Nível 1 - Obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.

No exercício findo em 30 de junho de 2025, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 3.537.

## 6. Títulos e valores mobiliários

	Vencimento	30/06/2025				Mercado/ Contábil
		Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Ajuste MTM	
Títulos Públicos – LFT (ii)	mar/27	-	-	11.526	(1)	11.525
Títulos Públicos – LFT (ii)	set/26	-	-	1.697	3	1.700
Títulos Públicos – LFT (ii)	set/26	-	-	6.287	10	6.297
Cotas de fundos de investimento (i)	Sem vencimento	1.111	-	-	-	1.111
<b>Total</b>		<b>1.111</b>	<b>0</b>	<b>19.510</b>	<b>12</b>	<b>20.633</b>

- (i) Cotas patrimoniais do BNDES para operações com garantias do FGI-TR; e
- (ii) Os títulos possuem negociações ativas e foram ajustados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, sendo classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.465.

## 7. Operações de crédito

### a) Composição das operações de crédito

Operações de crédito	30/06/2025					Total
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	
Capital de Giro	-	215.359	257.881	11.550	231	485.021
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	-	496.468	2.462	-	-	498.930
Desconto de Títulos	-	-	4.169	-	-	4.169
Conta Garantida	-	-	1	-	2.801	2.802
Cartão de Crédito	-	-	-	-	1.184	1.184
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>711.827</b>	<b>264.513</b>	<b>11.550</b>	<b>4.216</b>	<b>992.106</b>
<b>Outros Créditos</b>						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	667	667
<b>Total – nota 6b</b>	<b>-</b>	<b>711.827</b>	<b>264.513</b>	<b>11.550</b>	<b>4.883</b>	<b>992.773</b>
Receitas Diferidas - TJEO	-	-	-	-	-	(818)
<b>Total das operações de crédito</b>						<b>991.955</b>

**b) Classificação das operações de crédito por nível de risco**

		30/06/2025			
Classificação da Carteira por Nível de Risco		Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
	C1	-	-	-	-
	C2	655.274	13.910	42.643	711.827
	C3	241.889	4.658	17.965	264.512
	C4	11.550	-	-	11.550
	C5	4.428	76	380	4.884
		<b>913.141</b>	<b>18.644</b>	<b>60.988</b>	<b>992.773</b>

  

		30/06/2025			
Provisão para Perdas Esperadas		Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
	C1	-	-	-	-
	C2	13.662	3.106	24.404	41.172
	C3	7.062	3.718	15.260	26.040
	C4	219	-	-	219
	C5	99	43	313	455
		<b>21.042</b>	<b>6.867</b>	<b>39.977</b>	<b>67.886</b>

## Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento

	30/06/2025					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
<b>Ativos não problemáticos</b>						
Vencidas acima de 14 dias	-	10.791	3.103	313	38	14.245
A vencer até 3 meses	-	71.687	40.289	3.715	4.194	119.885
A vencer até 12 meses	-	193.375	81.017	5.216	57	279.665
A vencer até 3 anos	-	306.892	91.173	2.306	107	400.478
A vencer até 5 anos	-	72.529	20.963	-	31	93.523
A vencer até 15 anos	-	-	5.344	-	-	5.344
<b>Ativos problemáticos não inadimplidos</b>						
Vencidas acima de 14 dias	-	526	-	-	75	601
A vencer até 3 meses	-	607	45	-	-	652
A vencer até 12 meses	-	2.439	856	-	-	3.295
A vencer até 3 anos	-	7.890	3.757	-	-	11.647
A vencer até 5 anos	-	2.449	-	-	-	2.449
<b>Ativos problemáticos inadimplidos</b>						
Vencidas acima de 14 dias	-	15.623	8.216	-	380	24.219
A vencer até 3 meses	-	4.493	1.540	-	-	6.033
A vencer até 12 meses	-	10.772	3.981	-	-	14.753
A vencer até 3 anos	-	10.659	3.670	-	-	14.329
A vencer até 5 anos	-	1.096	559	-	-	1.655
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>711.828</b>	<b>264.513</b>	<b>11.550</b>	<b>4.882</b>	<b>992.773</b>

### c) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2025
Transporte	880.662
Comércio	23.247
Pessoas físicas	3.204
Outros Serviços	85.660
<b>Total</b>	<b>992.773</b>

**d) Concentração dos maiores tomadores de crédito**

	30/06/2025		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	209.488	21,00	156,39
50 seguintes maiores devedores	531.569	54,00	396,83
100 seguintes maiores devedores	230.738	23,00	172,25
Demais devedores	20.978	2,00	15,66
<b>Total</b>	<b>992.773</b>	<b>100,00</b>	

**e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

**Operações Crédito.**

Carteira	30/06/2025			
	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1 Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C1 Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C1 Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C2 Ativos não Problemáticos	-	12.937	725	13.662
C2 Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	3.107	-	3.107
C2 Ativos Problemáticos Inadimplidos	22.233	2.111	60	24.404
C3 Ativos não Problemáticos	-	6.176	886	7.062
C3 Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	3.615	102	3.717
C3 Ativos Problemáticos Inadimplidos	13.086	2.057	117	15.260
C4 Ativos não Problemáticos	-	219	-	219
C4 Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	0	-
C4 Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C5 Ativos não Problemáticos	-	86	0	86
C5 Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	43	-	43
C5 Ativos Problemáticos Inadimplidos	297	13	3	313
<b>Total</b>	<b>35.616</b>	<b>30.364</b>	<b>1.893</b>	<b>67.873</b>

Carteira	30/06/2025			
	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C5 Ativos não Problemáticos	-	13	-	13
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>13</b>

**f) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre:**

	<b>30/06/2025</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>51.051</b>
<b>Adoção Inicial - Res. CMN 4.966 e Res. BCB 352</b>	<b>7.754</b>
Constituição	17.379
Reversão	(8.255)
Baixas de créditos contra prejuízo	(43)
<b>Saldo final</b>	<b>67.886</b>

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. O valor reconhecido de provisão para perda esperada semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 9.124.

**g) Operações com cartões de crédito – A Faturar**

	<b>30/06/2025</b>					
	<b>Carteira C1</b>	<b>Carteira C2</b>	<b>Carteira C3</b>	<b>Carteira C4</b>	<b>Carteira C5</b>	<b>Total</b>
<b>Outros Créditos</b>						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	667	667
<b>Total</b>	-	-	-	-	667	667

**h) Resultado das operações de crédito**

	<b>30/06/2025</b>
<b>Rendas de Empréstimos:</b>	
Capital de Giro	49.696
Cartão de Crédito	512
Conta Garantida	485
<b>Rendas Desconto de Títulos:</b>	
Desconto de Títulos	423
<b>Rendas de Financiamento:</b>	
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	52.395
<b>Total</b>	<b>103.511</b>

**8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo**

**a) Renegociados:**

	<b>30/06/2025</b>
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	16.398
Capital de Giro	32.959
<b>Total</b>	<b>49.357</b>

**b) Recuperados de Prejuízo:**

	<b>30/06/2025</b>
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	-
Cartão de Crédito	84
Capital de Giro	27
Desconto	-
<b>Total</b>	<b>111</b>

**9. Outros créditos**

	<b>30/06/2025</b>
Ativos fiscais diferidos (a)	52.590
Impostos e Contribuições a compensar	3.691
Adiantamento para pagamento de nossa conta	9
Imposto de renda a recuperar	150
Pagamentos a ressarcir	7
Adiantamentos e antecipações salariais	233
Títulos e créditos a receber (i) (nota explicativa nº 7h)	667
Devedores diversos no País (ii)	4.503
(-) Perdas esperadas (nota explicativa nº 7f)	(13)
	<b>61.837</b>

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar; e

(ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente.

**(a) Ativos Fiscais Diferidos**

Os ativos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Descrição	Saldo 31/12/2024	Constituições / Reversões	Saldo 30/06/2025
<b>Diferenças temporárias</b>			
Operações de Crédito e Outros Créditos	20.420	6.734	27.154
Créditos Baixados como Prejuízo	22.970	18	22.988
Provisão para desvalorização de BNDU	278	103	381
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.772	295	2.067
<b>Total</b>	<b>45.440</b>	<b>7.150</b>	<b>52.590</b>

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, a realização dos créditos tributários e possuir estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Diferenças Temporárias		
	30/06/2025		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2025	2.020	1.212	3.232
2026	5.768	3.461	9.229
2027	4.957	2.974	7.931
2028	4.506	2.704	7.210
2029	4.438	2.663	7.101
+ 5 anos	11.179	6.708	17.887
<b>Total</b>	<b>32.868</b>	<b>19.722</b>	<b>52.590</b>

A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. O valor presente dos créditos tributários é estimado em R\$ 34.139, sendo utilizada a taxa média de captação do período de 14,93% a.a.

## 10. Outros Valores e Bens

	30/06/2025
Imóveis (bens não de uso)	40.116
Veículos retomados ou recebidos (bens não de uso)	17.596
<b>Total</b>	<b>57.712</b>
Provisão para perdas em veículos retomados ou recebidos (bens não de uso)	(954)
<b>Total</b>	<b>56.758</b>

## 11. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	30/06/2025		
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Letras Financeiras (***)
<b>PÓS FIXADO</b>			
Até 3 meses	68.865	752	
De 3 a 12 meses	261.272	459	375
Acima de 12 meses	601.236	403	60
<b>Total Pós Fixado</b>	<b>931.373</b>	<b>1.614</b>	<b>435</b>
<b>PRÉ FIXADO</b>			
Até 3 meses	7.216	314	143
De 3 a 12 meses	6.634	194	150
Acima de 12 meses	4.142	247	
<b>Total Pré Fixado</b>	<b>17.992</b>	<b>755</b>	<b>293</b>
<b>Total</b>	<b>949.365</b>	<b>2.369</b>	<b>728</b>

(\*) Do saldo de R\$ 949.365 o montante de R\$ 817.068 refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 114.47% do DI, sendo que o montante de, R\$ 114.305 refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II - Depósito à Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 107,03% do DI. No primeiro semestre de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(\*\*) Do saldo de R\$ 2.369 o montante de R\$ 1.614 refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 109,46% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No primeiro semestre de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(\*\*\*) Do saldo de R\$ 728 o montante de R\$ 435 refere-se a captações em letras financeira com taxa média de 120,25% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No primeiro semestre de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

### a) Outros Depósitos

	30/06/2025
Contas de Pagamento – Pré-Pago	22.291
<b>Total</b>	<b>22.291</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2025 houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R\$ 71.871.

## 12. Outras obrigações

### a) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2025
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	4.102
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	58
Impostos e contribuições sobre salários	381
Provisão para impostos e contribuições diferidos	5
Outros	325
<b>Total</b>	<b>4.871</b>

**b) Diversas**

	<b>30/06/2025</b>
Provisão para pagamentos a efetuar	1.134
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 12)	5.167
Parcelado lojista	194
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	257
Credores diversos – País	464
<b>Total</b>	<b>7.216</b>

**13. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais**

**a) Ativos contingentes:**

Em 30 de junho de 2025, não existe processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

**b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais:**

**b.1) Provisões trabalhistas, previdenciárias e cíveis:**

São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 5.167 relativos a provisões para cobertura de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Instituição. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

As provisões cíveis: são compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Cartões com pedido de indenização por danos morais e danos materiais, entre outros. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão abaixo apresentadas:

	<b>30/06/2025</b>		
	<b>Trabalhistas e Previdenciárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo no início do semestre/exercício</b>	<b>4.367</b>	<b>63</b>	<b>4.430</b>
Constituições	1.297	78	1.375
Pagamentos	(87)	(56)	(143)
Atualização	8	1	9
Reversão	(502)	(2)	(504)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.083</b>	<b>84</b>	<b>5.167</b>

**c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis:**

Em 30 de junho de 2025 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 2 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 836 e 39 processos de natureza cível no valor de R\$ 2.332 que somam R\$ 3.168, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital social:

O capital social é de R\$ 131.964, representado por 86.357.004 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 4.250 com emissão de 3.133.642 ações ordinárias nominativas, através de JSCP, sendo o novo capital social de R\$ 131.964, representado por 86.357.004 ações ordinárias nominativas, em homologação pelo Banco Central do Brasil. Homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de fevereiro de 2025 – Ofício 4562/2025

### b) Reservas Lucros:

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas Especial de Lucros: Composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária. No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve constituição de reserva.

### c) Dividendos:

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No semestre findo em 30 de junho de 2025, foi realizada distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.131, com base no saldo da Reserva Especial de Lucros.

### d) Remuneração do capital próprio:

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

As informações estão aderentes a Resolução nº 4.820, do CMN de 29/05/2020.

### e) Reserva estatutária:

A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital.

### f) Outros resultados abrangentes

#### Ajustes de avaliação patrimonial

	<b>30/06/2025</b>
Títulos e valores mobiliários	5
Efeito tributário	(2)
<b>Total</b>	<b>3</b>

## 15. Receitas de prestação de serviços

	<b>30/06/2025</b>
Tarifas sobre operações de crédito	2.638
Tarifas sobre cartão	1.217
Receita comissões	50
<b>Total</b>	<b>3.905</b>

## 16. Outras receitas/despesas operacionais

### a) Outras receitas operacionais

	30/06/2025
Outras rendas operacionais	13
<b>Total</b>	<b>13</b>

### b) Outras despesas operacionais

	30/06/2025
Atualização de impostos	(27)
Provisões passivas	(734)
Outras despesas operacionais	(494)
<b>Total</b>	<b>(1.255)</b>

## 17. Outras despesas administrativas

	30/06/2025
Despesas de processamento de dados	(8.978)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.540)
Outras despesas administrativas	(2.328)
Despesas de serviços de terceiros	(2.070)
Despesas com aluguéis	(1.813)
Despesas com honorários da diretoria	(1.554)
Despesas com veículos apreendidos	(1.339)
Despesas de viagens no País	(697)
Despesas do serviço financeiro	(635)
Despesas com depreciação e amortização	(550)
Despesas de comunicação	(440)
Despesas de propaganda e publicidade	(155)
Despesas de publicações	(74)
Despesas com relações públicas	(40)
<b>Total</b>	<b>(23.213)</b>

## 18. Saldos e transações com partes relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

Descrição	30/06/2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Buspays S.A. – capital de giro	4.449	455
Caruana S.A. – Participações e Empreendimento (i) - capital de giro	1.972	170
Soma Participações S.A. – capital de giro	1.311	105
H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A. – capital de giro	3.989	472

(i) Controlador.

### b) Remuneração da Administração

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.554 em 30 de junho de 2025.

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Instituição não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.

## 19. Imposto de renda e contribuição social

### a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.194)
Adições	21.672
Exclusões	(10.227)
Base de cálculo	10.251
Alíquota vigente (nota explicativa nº 2.f)	40%
Outras deduções	80
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.020</b>
<b>Efeito do IRPJ e CSLL diferido</b>	
Sobre Diferenças temporários 2025	4.046
Diferenças Temporárias – Efeito Resolução CMN nº 4.966/21	3.104
<b>Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>7.150</b>

## 20. Limites operacionais

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	30/06/2025		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	85.151	135.933	50.782
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	63.863	135.933	72.070
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	47.898	135.933	88.035
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	26.610	50.782	24.172
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96 (*)	67.966	1.105	66.862
PL realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	133.953	126.953
Capital realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	131.964	124.964
Índice de Basileia	10,50%	12,77%	2,27%

## 21. Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria

### a) Governança:

A Administração da Caruana entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Instituição. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal acultramento leva a Instituição às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor.

### b) Controles Internos:

A Instituição vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A instituição conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie.

A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD.

### **c) Gerenciamento de Riscos:**

No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Caruana é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela Caruana, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores.

Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado.

### **d) Ouvidoria:**

Atenta aos direitos do consumidor, a Caruana mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes ([www.caruanafinanceira.com.br](http://www.caruanafinanceira.com.br)), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

## 22. Análise de sensibilidade

Em cumprimento ao artigo 35º, da Resolução BCB nº 2/20, a instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação do programa de Teste de Estresse, adotando os seguintes cenários descritos abaixo:

### Cenário I:

Aumento de uma faixa de atraso para as operações adimplentes, considerando 10% da carteira

### Cenário II:

Aumento de uma faixa de atraso para as operações adimplentes, considerando 20% da carteira

### Cenário III:

Aumento de duas faixas de atraso para as operações adimplentes, considerando 10% da carteira

	Efeitos no Resultado			
	Exposição Atual	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco de crédito	992.773	(2.567)	(5.133)	(7.986)

## 23. Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas até 31/12/2024 e as novas normas determinadas na Resolução nº 4.966/21 do CMN e na Resolução BCB nº 352/23

<b>Patrimônio Líquido em 31/12/2024</b>	<b>140.781</b>
Provisão para Perda Esperada	(7.754)
"Stop Accrual"	207
Efeitos tributários	3.019
<b>Patrimônio Líquido em 01/01/2025</b>	<b>136.253</b>

## 24. Eventos subsequentes

Em junho de 2025, o governo dos Estados Unidos impôs novas tarifas comerciais sobre a importação de diversos produtos brasileiros ("tarifaço"), além de aplicar sanções com base na Lei Global Magnitsky, afetando empresas e setores específicos da economia brasileira.

Em resposta, o governo brasileiro lançou, em agosto de 2025, o Plano Brasil Soberano, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos e comerciais decorrentes das medidas adotadas pelos EUA. Dentre as principais ações do plano, destacam-se:

- Concessão de linhas de crédito emergenciais com garantias públicas (FGI, FGO e FGCE);
- Incentivos à diversificação de mercados de exportação;
- Reforço de programas de estímulo às exportações, como reintegra e drawback;
- Apoio à produção nacional e à manutenção do emprego.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, as sanções e tarifas comerciais implementadas pelos Estados Unidos não geraram impactos diretos nas operações do Caruana, uma vez que a instituição não mantém relações com os setores e empresas diretamente afetados pelas restrições. Não há expectativa que haja impactos no futuro para a Sociedade.

#### **A Administração**

**David da Silva Teodoro**  
Contador CRC SP 324105/O-0